

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DR. SC
Al. FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Audiências públicas apontam prioridades para Orçamento

Assembleia conclui primeira etapa de reuniões ouvindo reivindicações de 20 regionais de Santa Catarina

Obras em malha rodoviária lideraram o rol de reivindicações levantado pelas regionais, que deram início, de 1º a 5 de junho, ao calendário de audiências públicas para apontar as prioridades para o Orçamento do Estado de 2010.

As reuniões com a população catarinense são realizadas por intermédio da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado, Comissão de Finanças e Tributação e da Coordenadoria do Orçamento Estadual.

A segunda etapa dos encontros começa dia 22 de junho em Criciúma e Tubarão, estendendo-se até o de 29 de junho, contemplando as 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR).



Fotos: Solon Soares

Páginas 5 a 11

Na reunião em Chapecó, regionais de Seara, Xanxerê, Quilombo, São Lourenço do Oeste, Maravilha e Palmitos apontam infraestrutura como mais importante

Bloco brasileiro da UPM tem mudanças

Página 12

Presidente do STF assina convênio

Página 13

Parlamento presta homenagem ao microcrédito e à Uniplac



Sessão especial lembra 10 anos de criação da linha de financiamento



Presidente Jorginho Mello na solenidade dos 50 anos da universidade

Página 3 e 4

OPINIÃO

Mudança cultural na administração pública

Mais que implantar o Orçamento Regionalizado, a sociedade catarinense testemunhou, nos últimos anos, uma mudança cultural da administração pública, com a descentralização administrativa e a desconcentração do poder. Passou a ver executadas obras e ações consideradas prioritárias, apontadas como tal em encontros dos conselhos regionais de desenvolvimento, dos quais participam os principais representantes da sociedade organizada. Experimentou-se a modernização dos serviços públicos, com a criação de secretarias regionais e a implantação do governo eletrônico. Se nem tudo o que se pretendia foi feito, certo é que muito foi realizado.

Há pouco tempo, os parlamentares encaminhavam pleitos locais de forma solitária. Os deputados emendavam o orçamento e, quase sempre, o governante não atendia. A cultura mudou e, hoje, Executivo e Legislativo participam das audiências públicas que servem para a

formatação de uma lista de prioridades que atendem aos pleitos de cada região. Um bom exemplo está na questão dos acessos regionais. Desde 2003 foram colocados como metas de governo. Em audiências regionais, várias dessas obras foram reforçadas como prioridade, e a administração estadual levou adiante as reivindicações. Tanto é que as últimas ordens de serviço estão sendo entregues, e dos 52 municípios que ainda não contavam com ao menos um acesso pavimentado, não restará nenhum na fila ao final do governo Luiz Henrique.

Agora, em São Miguel do Oeste, participei da audiência pública que debateu as prioridades de três regiões. Entre as reivindicações deliberadas está a necessidade de equipar o Hospital Regional do Extremo-Oeste, que já é uma realidade, com suas obras quase concluídas, bem como a execução de obras rodoviárias, investimentos na infra-estrutura aeroportuária de Dionísio Cerqueira, investimentos

em saneamento básico e para o abastecimento de água, bem como na segurança pública, com o pedido de construção de uma unidade prisional. Assim já foram apontadas e atendidas solicitações em áreas como educação, saúde e para o desenvolvimento agrícola.

Em Chapecó e nas demais cidades onde acontecem as reuniões do Orçamento Regionalizado, o processo se repete. A comunidade sabe o que é mais importante, o que deve ser considerado prioridade. E as participações dos parlamentares e dos técnicos do Executivo nos debates locais é fundamental para referendar o processo democrático que torna-se consolidado como modelo de gestão administrativa. Santa Catarina é exemplo de valorização do bom uso dos recursos públicos, que são limitados e sempre insuficientes para atender as demandas da população.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB)

Orçamento "Desacreditado"

A realização de audiências públicas para ouvir a população catarinense e definir as prioridades de investimentos públicos em cada região foi estabelecida pela Lei Complementar 157, de 9 de setembro de 1997. O chamado Orçamento Regionalizado nasceu a partir de uma proposta do PT, mais precisamente do então deputado estadual e hoje prefeito de Joinville Carlito Merss, que assim como nós, investira nesta fórmula legítima e democrática e incorporada por inúmeras administrações municipais.

Nós mesmos, na condição de prefeito de Chapecó, legitimamos a participação popular na escolha das prioridades orçamentárias do município através de dois instrumentos: o Orçamento Participativo, que se assemelha ao Orçamento Regionalizado; e o Congresso da Cidade, que mobilizou dezenas de organizações da sociedade civil

para definir as obras prioritárias da cidade. O mais importante é que as escolhas da população eram valorizadas, respeitadas e atendidas, o que não ocorre com o Orçamento Regionalizado do Estado.

Na semana que passou, a Assembleia Legislativa iniciou mais um ciclo de audiências públicas do Orçamento Regionalizado. Ao todo serão 13 audiências até o final de junho, para ouvir e definir quais os investimentos prioritários para a população de cada região do estado. Mas, com que credibilidade o parlamento retorna às regiões porque passou nos últimos anos? Em 2007, por exemplo, 127 prioridades foram estabelecidas pela população para serem executadas no ano de 2008. Deste total, 21 ações não foram sequer incluídas no orçamento; 67 delas – praticamente a metade – não tiveram nenhum centavo empenhado; e as demais

foram atendidas parcialmente.

Diante dessa situação, a Assembleia Legislativa continua se expondo e insistindo neste instrumento cada vez mais desacreditado perante os catarinenses. Por um lado, promove audiências e faz discurso político; por outro, se deslegitima e se desqualifica, desperdiçando dinheiro público e tentando justificar o injustificável, ou seja, o que o governo não fez. Precisamos avançar neste debate e votar a proposta que torna impositivo o Orçamento Regionalizado, o que significa que todas as prioridades estabelecidas serão obrigatoriamente cumpridas. Somente assim será possível voltar a acreditar e a fortalecer este instrumento de participação popular legítimo, de modo a permitir a verdadeira democratização do orçamento como sempre defendi.

Deputado Pedro Uczai (PT)

Psicóloga lança livro sobre cães

Foi lançado, dia 2, no Espaço Cultural Jerônimo Coelho, o livro "Cãoversando", de Cristina Barreto. O livro, segundo a própria autora, é o resultado de anos de dedicação aos "amigos peludos". Eles nos trazem a felicidade, mesmo quando os fatores adversos tornam nossas vidas difíceis".

São histórias sobre cães que abordam a psicologia canina nos contextos que vão desde a fobia, transtornos compulsivos, ansiedade de separação, desvios de conduta, agressividade, stress, depressão, até outros assuntos como dicas culturais e novidades do mundo do cão. Todos

os relatos refletem o amor que se deve dedicar, de acordo com Cristina, "aos melhores companheiros dos humanos".

Natural de Florianópolis, a autora é psicóloga. Há oito anos encontrou no estudo do comportamento animal sua verdadeira vocação e paixão, especializando-se em cinotecnia, comportamento canino e nas técnicas de adestramento: básico, moderno, inteligente e avançado. Psicóloga e consultora sobre cães, escreve sobre comportamento animal em revistas e jornais de circulação estadual e nacional.

Alberto Neves



Autora Cristina Barreto, em noite de autógrafos do livro "Cãoversando"

[AGENDA]

• **Dia 15, 9 horas** - Comissão de Legislação Participativa - Audiência pública "Programa habitacional do governo federal Minha Casa Minha Vida"

Local: Plenarinho

• **Dia 15, 14 horas** - Audiência pública "A segurança nas rodovias federais - Causas e reflexos"

Local: Plenarinho

• **Dia 15, 19 horas** - Sessão solene 10 anos da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia

Local: Plenário

• **Dia 17, 19 horas** - Sessão especial em comemoração aos 80 anos de fundação da Associação Empresarial de Itajaí - ACII

Local: Plenário

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Branganholo e Sandra Annuseck

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Parlamento destaca os 10 anos do microcrédito em Santa Catarina

Linha de financiamento já liberou R\$ 600 milhões para pessoas sem acesso ao sistema formal

Graziela May Pereira

A Assembleia Legislativa destacou, dia 2, em sessão especial, os 10 anos de criação do microcrédito pela Associação das Organizações de Microcrédito de Santa Catarina (Amcred-SC). O microcrédito nasceu da necessidade de criar uma alternativa de crédito para as pessoas que não têm acesso ao sistema formal e desejam montar, ampliar ou obter capital de giro para um pequeno negócio. Atualmente, em Santa Catarina, este tipo de financiamento é oferecido por uma rede de 19 organizações, cuja maioria faz parte da Amcred-SC.

Requerida pelo deputado Darci de Matos (DEM), a sessão prestou homenagem à entidade, que surgiu de um convênio entre o governo do Estado, Badesc, Sebrae/SC e Fam-pesc, que já liberou mais de R\$ 600 milhões em 10 anos de existência da Amcred-SC. "A Associação tem

cumprido um papel fundamental para a economia de Santa Catarina. Esse programa já beneficiou, motivou, deu condições para que o pequeno constitua seu negócio. E o mais importante de tudo, o programa de microcrédito significa inclusão social e conquista da cidadania plena", enfatizou Darci.

Segundo o presidente da Associação, Luiz Carlos Floriani, o valor liberado nos últimos dez anos garantiu a manutenção de 227 mil postos de trabalho e gerou mais de 20 mil empregos. "Muitos negócios foram criados com pequenos empréstimos. O valor médio de R\$ 3 mil das operações mostra que o informal está sendo atendido pelo programa", explicou.

A Amcred-SC promove o desenvolvimento das práticas de Microfinanças nas Organizações Catarinenses, por meio de apoio e fortalecimento institucional, e objetiva o desenvolvimento das práticas



Requerente da homenagem, deputado Darci de Matos destaca papel fundamental da Amcred para a economia do estado

de microcrédito no estado através da ação integrada do trabalho voluntário e de modelos alternativos

de desenvolvimento econômico e social. "O microcrédito se enraizou. Nunca acreditei que R\$ 500 pudes-

sem se transformar em emprego e eu vejo acontecer isso sempre. É incrível", completou Floriani.

Secretário elogia a iniciativa

O secretário do Desenvolvimento Sustentável, Onofre Santo Agostini (DEM), afirmou que homenagear a entidade é acreditar naqueles que fazem Santa Catarina crescer. "Se aqui os pequenos empreendedores ficassem só reclamando e criticando, não teríamos hoje a oportunidade de dizer a todos o nosso muito obrigado porque vocês ajudaram Santa Catarina."

Em nome dos homenageados, falou o representante do Badesc, Sayde Miguel, que enfatizou a

função do banco nesse esquema, garantindo a retaguarda para dar ao microempreendedor uma participação mais direta na economia. "O Badesc foi muito além disso. Sempre sabíamos que o resultado viria de forma indireta, dando apoio aquela parte da sociedade carente neste setor. Hoje vemos que o resultado é excepcional".

Também estiveram presentes na sessão especial o vice-governador Leonel Pavan (PSDB) e o deputado Eizeu Mattos (PMDB).

Integram a Amcred-SC as se-

guintes entidades: Acredite (Rio do Sul), Banco da Família (Lages), Banco do Empreendedor (Florianópolis), Banco do Planalto Norte (Canoinhas), Banco do Povo (Chapecó), Banco do Vale (Blumenau), Bancri (Itajaí), Bapem (Caçador), Blusol (Blumenau), Casa do Empreendedor (Joinville), Casa do Microcrédito (Tubarão), Crecerto (Concórdia), Crediamai (Xanxerê), Crediconfiança (São José), Credioeste (Chapecó), Credisol (Criciúma), Extracredi (São Miguel do Oeste) e Profomento (Brusque).

Saiba um pouco da história do modelo alternativo

O microcrédito em Santa Catarina surgiu no final dos anos 90. Consolidou-se na década seguinte com a implantação de Organizações Não-Governamentais para operar um modelo alternativo de crédito para micro e pequenos empreendedores, o microcrédito.

Em seguida, essas mesmas organizações foram certificadas como OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) pelo Ministério da Justiça e passaram a integrar o Programa

Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2003, já somavam 19 instituições. Ano seguinte, surgiu a profissionalização das organizações, iniciando um movimento associativo. Com o decorrer do tempo, o movimento ganhou força e coube aos dirigentes promoverem e organizarem os encontros e debates em várias cidades do estado definindo o modelo e seus regimentos.

Os homenageados

Luiz Carlos Floriani – presidente da Amcred-SC e representante da Organização de Microcrédito Confiança, de São José

Deputado Onofre Santo Agostini – representando o governo do Estado

Sayde Miguel – representante do Badesc

José Alaor Bernardes – representante do Sebrae

Fabiano Silva – agente de crédito com mais tempo de atividade no Estado

Jair Wolff Monteiro – colaborador com mais tempo de atividade

José Custódio – tomador de crédito, representado pela esposa, Evonete Custódio

Walter Hoeschl Neto – conselheiro voluntário do Banco da Família

Pedro Ananias Alves – parceiro na Coordenação de Implantação do Programa

Esperidião Amin – parceiro na implantação do Programa, representado pelo vereador João Amin

Edson Baldissera – diretor do Banco do Povo, de Chapecó

Carlos Castilho – representante do Bancri, de Itajaí

Cláudio Peixer – representante do Blusol, de Blumenau

Laerte Weber – representante da Crediamai, de Xanxerê

Lourivan Bortolli – representante da Credioeste, de Chapecó

Lino Scariot – representante de Extracredi, de São Miguel do Oeste

Isabel Baggio – representante do

Banco da Família, de Lages

Gilson Pedrassini – representante do Banco do Planalto, de Canoinhas

Udo Altemburg – representante do Banco do Vale, de Blumenau

Renato Timm Marins – representante do Bapem, de Caçador

João Geraldo Bernardes – representante da Casa do Empreendedor, de Joinville

Jânio de Oliveira – representante da Crecerto, de Concórdia

Maria Teresa Nora – representan-

te da Acrevi, de Jaraguá do Sul

Wainer Belmiro – representante de Credisol, Criciúma

Murilo Gouvêa dos Reis – representante da Profomento, de Brusque

Paulo Augusto Milani – representante do Banco do Empreendedor, de Florianópolis

Nivaldo Brei Junior – gerente de microcrédito com mais tempo de atividade

Fabio Kowalski – representante da Acredite, de Rio de Sul

INSTITUCIONAL

Fotos: Carlos Kilian



Autoridades, entre elas o presidente do Legislativo, deputado Jorginho Mello, e o senador Raimundo Colombo, participam da solenidade no auditório da universidade, em Lages

Legislativo presta homenagem à Uniplac

Associação Catarinense de Cultura, atual Universidade do Planalto Catarinense, completa meio século de serviços na Serra Catarinense e oferece hoje 31 cursos de graduação, 10 de pós-graduação e dois de mestrado

Andreza de Souza

Lages recebeu sessão solene em homenagem à Associação Catarinense de Cultura, atual Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac), pela passagem dos 50 anos de ensino superior da Serra catarinense. Realizada dia 4, o evento proposto pela Mesa da Assembleia Legislativa reuniu autoridades, professores, estudantes e comunidade.

No Auditório da Uniplac, precursores e novos colaboradores educacionais estavam presentes e foram homenageados. A trajetória de lutas e conquistas foi destacada, inicialmente, através de um vídeo institucional, que relatou a história cronológica do ensino superior da serra catarinense.

Como parte da comemoração, o professor Antonio Carlos Koerich, um dos fundadores da então entidade, hoje Uniplac, e membro do Conselho Administrativo desde 1959, recebeu do Poder Legislativo uma placa honrosa como representante de todos os pioneiros.

Reconhecimento

Os atuais números da Uniplac animam e orgulham não só os lageanos. Conforme os pronunciamentos da noite, que resalta-

ram a trajetória da universidade, incluindo suas dificuldades e conquistas, mas, sobretudo, destacando o compromisso com a qualidade no ensino, a instituição é motivo de orgulho para Santa Catarina. "A Uniplac é de todos, é nossa, é da região serrana", disse o deputado Elizeu Mattos (PMDB), natural de Lages, reconhecendo o trabalho realizado nesses 50 anos.

O reitor Gilberto Borges de Sá destacou em sua fala a palavra revisão. Ele afirmou que a universidade comunitária está revendo seus paradigmas, sua missão e visão, sempre na busca da excelência na qualidade e no compromisso com o desenvolvimento sustentável da região. "Sabemos que temos muito a melhorar, mas os alunos que nos procuram têm qualidade no ensino".

Para o presidente do Legislativo, deputado Jorginho Mello (PSDB), formação e compromisso fazem da Uniplac uma instituição de destaque no cenário do ensino superior catarinense. Ele considerou a comemoração justa, o momento singular e rendeu homenagens aos professores, dos pioneiros aos atuais, aos colaboradores e aos estudantes. "A Uniplac é um grande orgulho para nós e para todo o estado de Santa Catarina", observou.



Presidente Jorginho Mello e deputado Elizeu com um dos fundadores da instituição, Antonio Carlos Koerich

Saiba mais

Em 1959 era criada a Associação Catarinense de Cultura que, em 1965, passou a ser chamada de Fundação Educacional de Lages (FEL). Com o passar dos anos, sentiu-se a necessidade de reestruturar o ensino superior serrano.

Mais tarde, em 1999, a Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac) foi reconhecida pelo MEC e instalada oficialmente, passando a usar todas as prerrogativas inerentes ao status

universitário. Atualmente, a Uniplac tem 31 cursos de graduação, 10 de pós-graduação e dois de mestrado. Ela possui 530 professores, 180 técnicos e cerca de 4.200 alunos.

Além de proporcionar a formação humana através do ensino, da pesquisa e da extensão, a instituição trabalha diretamente com a comunidade visando o desenvolvimento humano regional sustentável. Os aspectos econômicos, políticos,

sociais, educacionais, culturais e ambientais são amplamente abordados por oito projetos nas seguintes áreas de atuação: saúde, jurídica, mercado de trabalho, bolsas de estudo, atividades artísticas e culturais, ação comunitária, atendimento ao idoso e aos portadores de necessidades especiais. As atividades são desenvolvidas por professores, técnicos e estudantes que atendem aproximadamente 48 mil pessoas por ano.

GERAL

Primeira etapa de audiências do Orçamento prioriza malha viária

Municípios de São Miguel do Oeste, Chapecó, Maravilha, Joaçaba, Caçador e Rio do Sul sediaram os primeiros encontros

Fotos: Solon Soares



Em Caçador, deputados e representantes do Executivo conduzem também as discussões em torno das prioridades para regionais de Curitiba e Videira

Denise Arruda Bortolon

O presidente da Comissão de Finanças e Tributação e coordenador da Comissão do Orçamento Regionalizado (OR), deputado Marcos Vieira (PSDB), fez um balanço da primeira semana das audiências públicas do Orçamento Regionalizado. Os municípios de São Miguel do Oeste, Chapecó, Maravilha, Joaçaba, Caçador e Rio do Sul receberam a equipe da Assembleia Legislativa, composta por deputados estaduais e funcionários da Casa, onde, junto com as Secretarias de Estado do Desenvolvimento que fazem parte das regiões Extremo-Oeste, Oeste, Meio-Oeste e Alto Vale do Rio Itajaí, escolheram as prioridades que deve ser incluídas no Orçamento 2010.

As audiências públicas são realizadas em duas etapas. São 13 reuniões: de 1º a 5, de 22 a 26 e no dia 29 de junho, contemplando as 36 Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional (SDRs).

As 19 SDRs escolheram melhorias na malha viária como prioridade para o Orçamento 2010. Para o parlamentar, isso se justifica já que Santa Catarina torna-se um estado cada vez mais produtivo e exportador, o quinto maior produtor de alimentos, e o sexto estado em arrecadação do país. "Grande parte do que é produzido é ex-

portado e não temos um sistema ferroviário e aero-fluvial eficientes. Por isso a cada dia aumenta a necessidade de altos investimentos na malha rodoviária, principalmente na capacidade de tráfego", explicou.

Marcos Vieira ficou contente com o bom andamento das audiências públicas e a participação dos deputados, prefeitos e secretários, independente de partido, vindo de todas as regiões de Santa Catarina. "As audiências foram um sucesso, sobretudo com os deputados dando demonstrações que a Assembleia Legislativa está cumprindo seus preceitos constitucionais", observou.

O deputado comentou sobre o posicionamento da bancada

do PP, que defende a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de sua autoria, que determina que as ações escolhidas no Orçamento Regionalizado sejam impositivas. Atualmente, o modelo é autorizativo. "Este é o ponto de vista da oposição: que o Orçamento Regionalizado tem que ser impositivo. Se não for, o governo tem a prerrogativa de escolher quais as prioridades deverão ser incluídas. A base governista coloca que o Orçamento não é uma peça exata sobre os recursos disponíveis para a realização de obras, depende muito da arrecadação anual. O debate faz parte do jogo democrático. O mais importante é que todos são favoráveis ao Orçamento Regionalizado", observou.



Deputado Marcos Vieira comanda as discussões com a população

Os pedidos

Malha viária estadual - 22 ações

Malha viária municipal - 9 ações

Saúde - 8 ações

Saneamento - 6 ações

Educação - 4 ações

Segurança Pública - 3 ações

Turismo - 2 ações

Aeroportuárias - 2 ações

Obras para o desenvolvimento regional - 1 ação

Moradia urbana - 1 ação

Agenda positiva - 1 ação

Centro Multiuso - 1 ação

Agenda de junho

CRICIÚMA

Dia 22, às 9 horas

Regionais: Araranguá e Criciúma

Local: Auditório da Unesc – Anexo ao Bloco F- Saúde (Av. Universitária, 1105 – Bairro Universitário)

TUBARÃO

Dia 22, às 15 horas

Regionais de Braço do Norte, Laguna e Tubarão

Local: Auditório Bloco CETTAL – Unisul - Campus Tubarão (Av. José Acácio Moreira, 787)

LAGES

Dia 23, às 14 horas

Regionais de Lages e São Joaquim

Local: Anfiteatro "Caverna" CAV – Udesc (Av. Luiz de Camões, 2090)

CANOINHAS

Dia 24, às 14 horas

Regionais de Canoinhas e Mafra

Local: Anfiteatro da UnC – Universidade do Contestado – Campus Marcílio Dias (Estrada Geral de Marcílio Dias, S/N)

JOINVILLE

Dia 25, às 14 horas

Regionais de Jaraguá do Sul e Joinville

Local: Auditório da Amunesc (Rua Max Colin, 1843 – América)

BLUMENAU

Dia 26, às 14 horas

Regionais de Blumenau, Brusque, Itajaí e Timbó

Local: Auditório da FURB – Campus 1 – Bloco J (Rua Antônio da Veiga, 140 – Bairro Victor Konder)

SÃO JOSÉ

Dia 29, às 14 horas

Regional da Grande Florianópolis

Local: Auditório Centro Comercial Terra Firme (Rua Domingos André Zanini, 380 – Areias)

GERAL

Extremo Oeste elege as prioridades para Orçamento do Estado de 2010

São Miguel do Oeste abre calendário de 13 audiências públicas e aponta infraestrutura como principal reivindicação



Moradores das regionais de São Miguel, Dionísio Cerqueira e Itapiranga defendem propostas na reunião

Região reivindica ações contra estiagem

O deputado Padre Pedro Baldissera (PT) sugeriu que ações e políticas voltadas para a qualidade e a disponibilidade de água estejam no Orçamento de 2010. Levantamentos científicos apontam que em 10 ou 12 anos o Extremo Oeste terá carên-

cia de água. "Devemos levar estes levantamentos em consideração e ter cuidado especial principalmente com nascentes e fontes que vão nos proporcionar água de qualidade", disse. A região passou por nove estiagens em 11 anos.

O deputado Dirceu Dresch (PT) defendeu ações para desenvolvimento das micro e pequenas empresas, agricultura familiar, com, no mínimo, 5% dos recursos do Orçamento, e políticas para a juventude e mulheres.

Parlamentar defende regionalizado impositivo

Defensor de que o Orçamento Regionalizado (OR) seja impositivo, ou seja, que as prioridades devam efetivamente constar da peça, o deputado Kennedy Nunes (PP) falou que as propostas esbarram no Executivo, que não as executa. "Há três anos entramos com um projeto de lei para que o OR seja impositivo, mas o projeto anda a passos de

tartaruga. Fazemos a nossa parte. Viemos, ouvimos, vocês discutem e coletam, transformam seus anseios em três prioridades e o governo não executa", reclamou.

Em resposta, o secretário de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste, João Carlos Grando, esclareceu que as prioridades apontadas pela última audiência

pública já estão em andamento, como o Hospital Regional, que deve ser concluído no fim do ano, e a compra de equipamento através de parceria entre governos federal e estadual. "O orçamento caminha para um modelo mais impositivo. E cabe ao Legislativo fiscalizar, pensar nas estratégias de crescimento."

Os moradores das regionais de São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira e Itapiranga foram os primeiros a debater o que deve constar do Orçamento do Estado para 2010. Cerca de 100 pessoas participaram, no dia 1º de junho, da primeira rodada do Orçamento Regionalizado (OR) apontando obras de infraestrutura como prioritárias para o Extremo-Oeste. A reunião foi realizada no auditório da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc).

A audiência foi conduzida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), presidente da Comissão de Finanças e Tributação. Entre as autoridades presentes em São Miguel estavam a diretora-geral da Secretaria de Planejamento e Gestão, órgão responsável pela junção das prioridades à peça orçamentária, Adelianna Dal Pont; o prefeito do município e presidente da Associação dos Municípios do Extremo-Oeste de Santa Catarina (Ameosc), Nelson Foss da Silva (PT); o presidente da Câmara Municipal Valnir Camilo Scharnoski (PP) e o deputado federal Celso Maldaner (PMDB/SC).

Marcos Vieira deu boas-vindas aos participantes e detalhou a temática da reunião. Explicou que as ações prioritizadas serão levadas pelo Parlamento como emendas ao Orçamento 2010, que será remetido à Assembleia Legislativa em setembro. O vice-presidente da Assembleia

Legislativa, deputado Gelson Merísio (DEM), ressaltou o interesse do Parlamento em ouvir a comunidade. Para o democrata, mesmo sem que o Orçamento Regionalizado tenha caráter impositivo, grande parte das obras apresentadas foram executadas. "Das últimas audiências, muitas obras prioritizadas já foram feitas ou estão em andamento." A deputada Professora Odete de Jesus (PRB) destacou o papel fiscalizador do Legislativo. "Vamos cobrar para que seja incluído o que é necessário para a população. Vamos apresentar as emendas relacionadas às prioridades."

Os avanços na confecção do Orçamento Regionalizado foram salientados pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB). Segundo o peemedebista, as primeiras reuniões em cada região eram feitas de forma solitária pelos parlamentares. "Os deputados emendavam o Orçamento e o governo não atendia. Agora não é mais assim. Através de uma lista, insere-se no Orçamento Regionalizado, pelo próprio Executivo, as principais ações atendendo aos pleitos de cada região", observou.

O deputado Ismael dos Santos (DEM) destacou, por sua vez, as vantagens. "Tem caráter fiscalizador, porque pode diagnosticar a saúde dos recursos do Estado, e didático, porque ensina o cidadão como a máquina funciona", explicou.

As escolhas das regionais

São Miguel do Oeste

(Belmonte, Descanso, Bandeirante, São Miguel do Oeste, Barra Bonita, Paraíso e Guaraciaba)

Audiência 2009

- Equipar o Hospital Regional do Extremo Oeste, em São Miguel do Oeste;
- Ampliação e regionalização das atividades turísticas;
- Implantação e ampliação de redes de tratamento de esgoto sanitário e de água para os municípios de abrangência da SDR de São Miguel do Oeste.

Audiência 2008

- Terraplanagem e pavimentação asfáltica do trecho da SC-492 de Barra Bonita à BR-163;
- Equipar o Hospital Regional do Extremo Oeste, em São Miguel do Oeste;
- Ampliação e regionalização das atividades turísticas.

Itapiranga

(Santa Helena, Tunápolis, Iporã do Oeste, São João do Oeste e Itapiranga)

Audiência 2009

- Apoio ao sistema viário estadual;
- Ampliação e melhorias operacionais no sistema de abastecimento de água;
- Implementação, ampliação de rede coletora, tratamento e destino final do esgoto sanitário.

Audiência 2008

- Apoio ao sistema viário municipal;
- Construção, ampliação e reforma do ensino fundamental;
- Realização e participação em ações de desenvolvimento regional.

Dionísio Cerqueira

(Dionísio Cerqueira, Palma Sola, Princesa, Guarujá do Sul, São José do Cedro e Anchieta)

Audiência 2009

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho Romelândia a Anchieta;
- Adequação e melhoria da infraestrutura do aeroporto;
- Construção de unidade prisional da Secretaria da Segurança Pública.

Audiência 2008

- Implantação de assentamentos com moradias populares;
- Ampliação e implementação do sistema de abastecimento de água;
- Implantação de Centro de Referência para o atendimento em diagnósticos.

Meio Oeste pede melhorias na saúde

Rede hospitalar e obras de pavimentação lideram reivindicações das regionais de Concórdia, Campos Novos e Joaçaba

Fotos Solon Soares

A representatividade feminina marcou, dia 3, a audiência pública do Orçamento Regionalizado (OR), no auditório do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), em Joaçaba. As regionais de Concórdia, Campos Novos e Joaçaba apontaram três prioridades que devem constar no Orçamento do Estado em 2010.

Obras de pavimentação e melhorias na rede hospitalar foram as mais defendidas. O debate foi coordenado pelo presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, deputado Marcos Vieira (PSDB).

O parlamentar fez uma homenagem às mulheres que participaram do evento, convidando as prefeitas Nelci Fátima Trento Bortolini (PP), de Água Doce, Gisa Aparecida Giacomini (DEM), de Catanduvas, e Linila Dalt Fontana (PT), de Erval Velho, para fazerem parte da Mesa de trabalhos.

O presidente da Comissão de Finanças e Tributação explicou que a dinâmica da reunião tem

o objetivo de colher as prioridades de cada região. "A audiência acontece em três etapas. Começa com o pronunciamento dos componentes da Mesa, seguido da apresentação das questões técnicas da audiência e, por fim, pela decisão pelos representantes dos municípios que compõem as secretarias de Desenvolvimento Regionais", explicou.

A deputada Professora Odete de Jesus (PRB), defensora da participação das mulheres em todos os meios, ficou contente com o número de prefeitas na região, num total de quatro. "A mulher está tomando o seu espaço. O grande número de prefeitas participando do debate nos revela isso", disse.

A respeito do Orçamento Regionalizado, Professora Odete de Jesus defendeu a importância do debate. "Vamos atender às prioridades das prioridades. É difícil contemplar tudo, mas procuraremos atender o que for possível. É claro que estaremos atentos na Assembleia Legislativa para a apresentação de emendas", afirmou.



Deputado Marcos Vieira comanda a audiência pública, realizada no auditório da Unoesc em Joaçaba

Deputado destaca participação feminina na região

Com base na grande participação das mulheres no debate, o deputado Moacir Sopelsa (PMDB) ressaltou que os municípios das três regionais "dividiram bem o poder com as mulheres".

Sopelsa aproveitou para noticiar que a Rússia abriu, novamente, o mercado para a carne suína catarinense. "Talvez seja isso que vai nos ajudar a sair do sufoco que estamos passando. Temos que ressaltar que a suinocultura é a principal renda da região de Concórdia", acrescentou.

O secretário de Desenvolvimento Regional de Joaçaba, Jair Lorenzetti, relatou que os prefeitos de sua regional estão empenhados

em trazer novos recursos e acreditam no resultado da audiência pública. Ele se posicionou contra a imposição do Orçamento Regionalizado. "Se prende o orçamento, vai causar um grande problema. Do orçamento dos municípios não sobra mais que 9% da arrecadação para a realização de obras."

A bancada pepista, representada pelos deputados Plínio de Castro, Kennedy Nunes e Reno Caramori, voltou a defender a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), apresentada por eles, para transformar o OR em impositivo e não autorizativo, como é atualmente.

Em reposta, o deputado Renato

Hinnig (PMDB), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), falou que as audiências cumprem dever de ouvir a sociedade e que muitos dos projetos são de elevada complexidade para serem realizados em um único exercício. "A proposta impositiva é mais uma lei sem eficácia. A vinculação de receita criaria mais uma dificuldade para o governo."

Também participaram o deputado Gelson Merísio (DEM); a representante da Secretaria de Estado de Planejamento, Adelianna Dal Pont; o presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba, Fabiano Luiz Piovezan (PV); e o prefeito de Joaçaba, Rafael Laske (DEM).



Público define prioridades das regionais para Orçamento de 2010

AS ESCOLHAS DAS REGIONAIS

Campos Novos

(Abdon Batista, Brunópolis, Campos Novos, Celso Ramos, Ibiam, Monte Carlo, Vargem e Zortéa)

Audiência 2009

- Apoio ao sistema viário estadual;
- Implantação e adaptação de centros de referência regional para atendimento, diagnóstico e terapia;
- Construção, ampliação e reforma do Ensino Médio.

Audiência 2008

- Política de incentivos à assistência hospitalar em Santa Catarina para a Regional de Campos Novos;
- Apoio ao sistema viário estadual;
- Cursos estratégicos do Programa Estadual de Desenvolvimento Regional (Proed).

Concórdia

(Alto Bela Vista, Concórdia, Ipira, Irani, Peritiba, Piratuba e Presidente Castello Branco)

Audiência 2009

- Implantação e adaptação de centros de referência regional para atendimento, diagnóstico e terapia;
- Apoio ao sistema viário municipal;
- Ampliação e regionalização das atividades turísticas;
- Revitalização da SC-283 entre Catanduvas e Seara.

Audiência 2008

- Apoio ao sistema viário rural;
- Aproveitamento de dejetos animais;
- Apoio para o aproveitamento da água das chuvas.

Joaçaba

(Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval do Oeste, Ibicaré, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Treze Tílias e Vargem Bonita)

Audiência 2009

- Terraplanagem e pavimentação da rodovia que liga Ouro a Jaborá;
- Reabilitação e supervisão do trecho entre Videira, Tangará, Ibicaré, Luzerna e Joaçaba;
- Adequação da área da rede básica de Saúde.

Audiência 2008

- Reabilitação do trecho entre Ibicaré e Luzerna;
- Manutenção do Convênio de Adequação na média e alta complexidade de procedimentos hospitalares;
- Terraplanagem e pavimentação da rodovia que liga os municípios de Ouro a Jaborá.

GERAL

Regionais do Oeste priorizam obras de infraestrutura para 2010

Acessos e pavimentações lideram lista de reivindicações de Chapecó, Xanxerê, Quilombo, São Lourenço, Maravilha, Palmitos e Seara



Fotos: Solon Soares

Parlamentares, representantes do Executivo e público participam do debate no Salão de Atos da UnoChapecó

As regionais de Chapecó, Seara, Xanxerê, Quilombo, São Lourenço do Oeste, Maravilha e Palmitos escolheram, dia 2, três prioridades, cada uma, para constar do Orçamento 2010. As reivindicações foram apresentadas durante a segunda audiência pública, de um ciclo de 13 reuniões, promovido pela Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado, Comissão de Finanças e Tributação, coordenada e presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), e Coordenadoria do Orçamento Estadual. A audiência foi realizada no Salão de Atos da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UnoChapecó), em Chapecó.

Obras de infraestrutura, principalmente acessos e pavimentação asfáltica, foram as demandas mais solicitadas, bem como o reforço a prioridades já feitas em outras peças orçamentárias e que ainda não foram concluídas ou realizadas.

Entre as autoridades que fizeram

parte da Mesa estavam os deputados Kennedy Nunes e Reno Caramori, do PP, Professora Odete de Jesus (PRB), os petistas Dirceu Dresch e Pedro Baldissera, Marcos Vieira e José Natal Pereira (PSDB), Herneus de Nadal e Moacir Sopelsa, do PMDB, além do deputado Narcizo Parisotto (PTB), que compareceu à audiência, mas não pôde participar devido a uma viagem urgente a Florianópolis.

Também participaram o presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó, Marcio Sander (PR), e a diretora-geral da Secretaria de Planejamento e Gestão, órgão responsável pela junção de todas as prioridades à peça orçamentária, Adeliã Dal Pont.

Burocracia

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2010, o deputado Renato Hinnig

(PMDB) afirmou que tem procurado incluir todas as demandas levantadas nas reuniões do Orçamento Regionalizado (OR), mas adiantou que algumas obras não podem ser executadas devido a questões burocráticas.

“Não é culpa da Assembleia Legislativa, nem mesmo do Executivo, já que o governador ordenou que o que foi determinado pela sociedade deve constar na peça. Portanto, há intenção do seu cumprimento”, comentou o deputado.

Hinnig também falou sobre a necessidade de discutir a vinculação e repartição de receitas, pois 65% do total arrecadado fica para a União, 22% para os estados e 13% para os municípios.

“Tudo o que é arrecadado já está destinado para despesas e investimentos específicos, sobrando poucos investimentos em outras ações”, acrescentou o peemedebista.

Deputados avaliam cumprimento de reivindicações de edições anteriores

O vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merísio (DEM), refutou afirmação de que não houve implementação do que foi indicado nas edições anteriores do OR. Segundo ele, um grande número de obras já foi concretizado. “Quase todas as obras foram realizadas, mas muito precisa ser feito porque as demandas crescem a cada ano. Temos que debater todas as questões que transcendem as divisas dos municípios e passam a ser das regionais”, disse.

A importância das escolhas da sociedade como base para as ações governamentais foi enfatizada pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB). O parlamentar acredita que a Assembleia Legislativa começou um trabalho que veio ao encontro das secretarias de Desenvolvimento Regionais (SDRs). “Não podemos negar que os investimentos começaram a aparecer ainda mais nos últimos anos. O modelo adotado por Santa Catarina possibilita que o governo realize aquilo que a população deseja e necessita para o desenvolvimento regional.”

Prioridades

Das 21 ações apontadas no OR 2008 por estas regionais, cinco não foram concretizadas, afirmou

o deputado Plínio de Castro (PP). Por este motivo, a bancada do PP apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para que o OR seja impositivo e não apenas autorizativo. “Das obras que receberam recursos, três são da área da educação e outra da área da saúde. As propostas apresentadas no Orçamento 2008 para Chapecó somaram R\$ 213 milhões, mas apenas R\$ 26 milhões foram empenhados”, contou.

Em contrapartida, o secretário de Desenvolvimento Regional de Chapecó, Luciano Burigon, comentou que as prioridades eleitas em 2008 estão em andamento. “Cerca de 90% das obras emergenciais, como a construção, ampliação e reforma para o ensino fundamental, já foram feitas, bem como a agenda positiva da regional, que já teve 80% dos projetos executados, e o contorno leste do município de Chapecó, que ainda não foi concretizado, mas já houve encaminhamentos para um convênio com a SC Parcerias”, respondeu.

O deputado Pedro Uczai (PT), por sua vez, ressaltou sua preocupação com a desqualificação do parlamentar ao realizar um ciclo de audiências, ouvir as reivindicações e colher as sugestões, mas não ver a efetivação das obras. “Vivemos uma contradição. Vamos nos expor aqui, pedindo para definir o que é prioridade, e depois as coisas não são realizadas. Temos que reorganizar este modelo para não transformar o Orçamento Regionalizado em um momento de representação e discurso político”, afirmou.

Políticas diferenciadas para as universidades comunitárias são prioritárias para o reitor da UnoChapecó, Odilon Polli. “Em nome dos reitores das universidades comunitárias que estão espalhadas por todo o estado, peço que o Parlamento catarinense inclua a defesa deste sistema, com a construção de novas políticas públicas, já que os estudantes não querem mais pagar esta conta”, explicou.

O vice-prefeito de Chapecó, José Cláudio Caramori (DEM), defendeu que grande parte dos recursos para investimentos fiquem nos municípios. “Não há melhor gestor de recursos públicos do que o prefeito, porque está mais próximo da população, é mais fiscalizado e acompanha de forma mais incisiva. Esperamos que o Orçamento beneficie a região Oeste com a fatia justa e necessária, principalmente para a região de Chapecó”, defendeu.



Deputados Sopelsa, Dresch, Merísio, Marcos Vieira, Plínio de Castro, José Natal, Kennedy Nunes e Padre Pedro

As escolhas das regionais

Maravilha

(Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, Saltinho, São Miguel da Boa Vista, Bom Jesus do Oeste, Tigrinhos, Flor do Sertão, Maravilha, Modelo, Saudades, Pinhalzinho, Iraceminha)

Audiência 2009

- Terraplanagem e pavimentação asfáltica do trecho da SC-469 a São Carlos/Saudades e acesso a Cunhataí;
- Terraplanagem e pavimentação asfáltica do trecho da SC-160 a Romelândia-Anchieta;
- Moradia urbana.

Audiência 2008

- Terraplanagem e pavimentação asfáltica do trecho da SC-157 a São Carlos/Saudades e acesso a Cunhataí;
- Terraplanagem e pavimentação asfáltica do trecho da SC-160 a Romelândia-Anchieta;
- Ações para a implantação do plano de desenvolvimento regional.

Palmitos

(Cunha Porã, Caibi, Riqueza, Mondai, Cunhataí, Águas de Chapecó, Palmitos e São Carlos)

Audiência 2009

- Implantação ou adaptação de centros de referência regionais de Atendimento e Diagnóstico e Terapia;
- Apoio a implantação e melhoria de abastecimento de água no meio rural;
- Terraplanagem e pavimentação da SC-283 no trecho entre Mondai/Itapiranga.

Audiência 2008

- Implantação ou adaptação de centros de referência regionais de Atendimento e Diagnóstico e Terapia;
- Terraplanagem e pavimentação da SC-283 no trecho entre Mondai/Itapiranga;
- Apoio ao sistema viário rural.

Quilombo

(Iraí, Formosa do Sul, Jardinópolis, Santiago do Sul, União do Oeste e Quilombo)

Audiência 2009

- Aquisição de equipamentos para rede básica de equipamento para SDR;
- Terraplanagem, pavimento, e supervisão ao Acesso ao município de União do Oeste e Quilombo;
- Construção de Unidade Prisional de Segurança Pública.

Audiência 2008

- Obras emergenciais para a construção, ampliação e reforma do ensino fundamental;
- Conservação, sinalização e segurança rodoviária;
- Apoio ao sistema viário rural.

Xanxerê

(Xaxim, Lageado Grande, Marema, Entre Rios, Ipuacú, São Domingos, Abelardo Luz, Ouro Verde, Bom Jesus, Faxinal dos Guedes, Vargeão, Passos Maia, Xanxerê e Ponte Serrada)

Audiência 2009

- Estadualização e pavimentação da rodovia ABL 040, que liga Abelardo Luz, Ouro Verde, Faxinal dos Guedes, Vargeão e Passos Maia, liga a SC 470 a BR 282 (não consta no PPA 2008-2011, entretanto, há um compromisso firmado entre o governador Luiz Henrique da Silveira e os prefeitos da regional de Xanxerê);
- Terraplanagem e pavimentação do contorno Leste Xanxerê;
- Construção, ampliação e reforma do ensino médio;
- Apoio ao sistema viário municipal.

Audiência 2008

- Manutenção do hospital terceirizado Regional São Paulo;
- Terraplanagem e pavimentação do contorno Leste Xanxerê;
- Ações para implantação do plano de desenvolvimento regional.

São Lourenço do Oeste

(Campo Erê, São Bernardino, Novo Horizonte, Galvão, Coronel Martins, Galvão Jupiá e São Lourenço do Oeste)

Audiência 2009

- Implantação do Hospital Regional (construção, ampliação de rede física e equipamento hospitalar);
- Construção de Unidade Prisional Avançada (UPA);
- Expansão da Udesc para a região de São Lourenço do Oeste.

Audiência 2008

- Aquisição de equipamentos para atualização tecnológica das unidades hospitalares;
- Articulação da educação profissional com o ensino médio;
- Expansão da Udesc para a região de São Lourenço do Oeste.

Chapecó

(Serra Alta, Sul Brasil, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Águas Frias, Coronel Freitas, Cordilheira Alta, Planalto Alegre, Guatambu, Caxambu do Sul e Chapecó)

Audiência 2009

- Terraplanagem e pavimentação asfáltica do contorno Leste de Chapecó;
- Obras emergenciais com a construção, ampliação e reforma para ensino fundamental;
- Ações para a implantação do plano de Desenvolvimento Regional.

Audiência 2008

- Terraplanagem e pavimentação asfáltica do contorno Leste de Chapecó;
- Obras emergenciais com a construção, ampliação e reforma para ensino fundamental;
- Ações para a implantação do plano de Desenvolvimento Regional.

Seara

(Arvoredo, Xavantina, Lindóia, Ipumirim, Arabutã, Paial, Itá e Seara)

Audiência 2009

- Terraplanagem e pavimentação da rodovia SC-283 no trecho Jaborá/Concórdia/Seara e Chapecó, com aumento da capacidade de tráfego Lindóia do Sul/Irani (BR-153);
- Acesso asfáltico ao Museu Fritz Plaumann, em Seara;
- Contorno Viário Sul.

Audiência 2008

- Terraplanagem e pavimentação da rodovia SC-488 no trecho Lindóia do Sul/Irani (BR-153);
- Acesso asfáltico ao Museu Fritz Plaumann, em Seara.
- Contorno Viário Sul;

GERAL

Caçador defende recursos para rodovias

Curitibanos e Videira também elegem malha viária como prioridade no Orçamento de 2010

Ações voltadas para a malha viária dos municípios que compõem as regionais de Caçador, Curitibanos e Videira foram unanimidade na escolha das prioridades que deverão fazer parte da peça orçamentária para 2010, mesmo com o discurso das autoridades que representaram a população voltados à saúde e à educação. O debate foi realizado dia 4, no auditório da Universidade do Contestado (UnC), em Caçador.

O presidente e coordenador do Orçamento Regionalizado, deputado Marcos Vieira (PSDB), explicou a dinâmica da reunião e contou que ao final das audiências públicas encaminhará todas as demandas ao Poder Executivo para compor o Orçamento 2010, que

será apreciado pelo Parlamento catarinense.

Vieira também explicou que cabe aos parlamentares ouvir a sociedade e coletar as propostas. "Nossa função é fiscalizar as ações do governo estadual e a dos secretários regionais é executar o que o governo determina", ressaltou.

Representante da região na Assembleia, a deputada Professora Odete de Jesus, líder do PRB, prestou contas da participação dos deputados na composição do Orçamento, bem como na cobrança pela execução das obras, mas falou sobre as dificuldades de muitas delas saírem do papel.

"Levamos o mandato com muita seriedade e compromisso. Queremos tirar as obras do papel

e torná-las realidade, mas não podemos prometer se não conseguimos cumprir", resumiu.

Natural de Calmon, município da regional de Caçador, o deputado Dagomar Carneiro (PDT) contou que teve que sair de seu município porque não havia infraestrutura necessária, como ensino de qualidade e acesso a emprego e renda. "Nós parlamentares precisamos aperfeiçoar projetos do Executivo para atender as demandas dos municípios. Temos que pedir mais para receber um pouco. A grande ausência é infraestrutura para os nossos municípios. Não temos tanta defasagem nas áreas da saúde, de educação ou segurança pública, mas de acesso asfáltico", afirmou.

PP volta a pedir mudanças

Assim como nas audiências que antecederam a de Caçador, a grande discussão foi a respeito da Proposta de Emenda Constitucional (PEC), apresentada pela bancada do PP, que torna o Orçamento Regionalizado impositivo. Caso a PEC seja aprovada o Executivo deverá executar todas as ações priorizadas pelas audiências públicas do Orçamento Regionalizado.

A defesa da PEC foi feita pelos deputados pepistas Reno Caramori, ex-prefeito de Caçador, e Kennedy Nunes, além do deputado Sargento Amauri Soares (PDT). Já os deputados da base governista José Natal Pereira (PSDB) e Renato Hinnig (PMDB), colocaram-se contra a alteração.

Segundo Caramori, existe uma reclamação muito grande sobre a não efetivação das obras escolhidas pelas regionais. "A justificativa para esta PEC é avançar para que o Orçamento Regionalizado satisfaça as necessidades regionais. Queremos que o que foi decidido seja impositivo. Só assim as obras serão efetivadas", declarou.

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, deputado Renato Hinnig (PMDB), disse que a peça orçamentária é um instrumento que está em construção e não está totalmente consolidado. "Ainda existem pontos que podem ser melhorados, mas a PEC impositiva não é uma solução", acrescentou.



Solon Soares

Professora Odete, Natal, Reno, Marcos Vieira, Renato Hinnig e Kennedy Nunes durante a reunião em Caçador

Secretários e vereadores protestam

Os secretários de Desenvolvimento Regional de Videira, Natalino Lazare, de Curitibanos, Nilso José Berlanda, e de Caçador, Gilberto Amaro Comazzetto, respectivamente, questionaram a falta das obras que foram incluídas nas audiências dos últimos três anos. "Há dois anos participei de uma reunião como esta. Peço o empenho dos parlamentares para que se faça cumprir o que se decidiu hoje. Não adianta participar de um encontro que vai ser tempo perdido", desabafou Berlanda.

A vice-presidente da Câmara de Vereadores de Caçador, vereadora Sirley Ceccatto (PSDB), pediu que as ações sejam destinadas para a vida. "Precisamos de projetos voltados

para saúde, educação e trabalho. Sem isso e sem cuidados com o meio ambiente, não adianta ponte, nem rodovia. O bem-estar das pessoas tem que vir em primeiro lugar", ressaltou.

O prefeito de Caçador, Saulo Sperotto (PSDB), reclamou que os recursos que chegam aos municípios não são suficientes. "A qualidade de vida depende de trabalho, de educação e de saúde. Vivemos longe do atendimento de alta complexidade, mais de 40 pessoas necessitam de tratamento fora do município. Temos que buscar soluções com a construção de um hospital regional ou a reforma do hospital do nosso município" sugeriu.

As escolhas das regionais

Caçador

(Calmon, Lebon Régis, Macieira, Matos Costas, Rio das Antas e Timbó Grande)

Audiência 2009

- Terraplanagem e pavimentação do trecho Timbó Grande a SC 135;
- Terraplanagem e pavimentação do trecho Matos Costa a BR-153;
- Construção do contorno viário de Rio das Antas, SC 135.

Audiência 2008

- Construção do Centro Administrativo Regional;
- Construção da unidade da SSP;
- Construção de Centro Multiuso.

Curitibanos

(Frei Rogério, Pontre Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul)

Audiência 2009

- Conservação, sinalização e segurança rodoviária, acesso asfáltico a Universidade Federal de Santa Catarina, campi de Curitibanos;
- Apoio ao Sistema Viário Urbano – anel viário contorno que liga a SC-457 a BR- 470;
- Construção de Centro de Eventos Multiuso.

Audiência 2008

- Construção de Centro de Eventos Multiuso;
- Apoio ao Sistema Viário Urbano;
- Apoio a programas e projetos de inclusão social.

Videira

(Arroio Trinta, Fraiburgo, Iomerê, Pinheiro Preto, Salto Veloso e Tangará.)

Audiência 2009

- Terraplanagem e pavimentação do trecho Salto Veloso/Hercílioópolis;
- Terraplanagem e pavimentação do trecho Iomerê/Bom Sucesso/ Treze Tílias;
- Alargamento da pista do aeroporto de Videira.

Audiência 2008

- Terraplanagem e pavimentação do trecho Salto Veloso/Hercílioópolis;
- Terraplanagem e pavimentação do trecho Pinheiro Preto/Iomerê/Treze Tílias;
- Projeto do Contorno Norte de Videira.

Alto Vale quer obras em malha viária

Regionais de Rio do Sul, Ibirama e Taió defendem também investimentos em saúde e saneamento básico

As regionais de Rio do Sul, Ibirama, Ituporanga e Taió, no Alto Vale do Itajaí, escolheram, dia 5, as três prioridades que deverão fazer parte do Orçamento 2010. Os representantes dos municípios que compõem as quatro SDRs apontaram, mais uma vez, melhorias na malha viária como principal ação. O debate ocorreu no Salão do Bloco "G", da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi).

A audiência foi presidida pelo deputado Darci de Matos (DEM), que comentou que Santa Catarina é o único estado do país que possui este modelo de orçamento participativo. "Estamos felizes porque o Poder Legislativo está cumprindo com o seu dever, ouvindo os pleitos de todas as regiões", declarou.

Ex-prefeito de Rio do Sul, o deputado Jailson Lima (PT), segundo vice-presidente da Assembleia Legislativa, defendeu a construção de um centro oncológico no município. Segundo ele, cerca de R\$ 1 milhão foi disponibilizado pelo governo federal, mas a obra não aconteceu porque a Secretaria de Estado da Saúde não autorizou. Aproximadamente 600 pessoas

precisam deste tipo de tratamento e tem que se deslocar a Florianópolis, sendo que poderia haver uma extensão do centro oncológico de Lages. "A Assembleia cumpre com seu papel no que tange fazer o debate democrático com os representantes dos pólos que conhecem as dificuldades e necessidades de cada região. As principais obras do Orçamento do ano passado não foram executadas, mas não significa que tenhamos que desistir."

A diferença entre o que é orçado e o que é empenhado, em torno de 30%, foi apresentada pelo deputado Kennedy Nunes (PP). A bancada pepista apresentou, em 2008, uma Proposta de Emenda Constitucional transformando o OR em impositivo. "O Orçamento terá a função de empenhar o que foi priorizado."

Para o deputado Renato Hinnig (PMDB), a PEC é mais uma legislação que traz obrigação ao Orçamento. "Precisamos é unificar numa única legislação todas as leis sobre vinculação financeira." Como relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), garantiu que todas as ações prioritárias serão incluídas no Orçamento 2010.



Deputados Jean, Peninha, Sargento Soares, Kennedy, Darci, Jailson Lima e Renato Hinnig na reunião em Rio do Sul

Deputado prega valor fixo para cada região

O deputado Jean Kuhlmann (DEM) defendeu a definição de um valor fixo para cada regional. "Temos que discutir pelo menos um valor fixo, nem que seja R\$ 1 milhão ou R\$ 10 mil, assim estaríamos sendo valorizados", defendeu.

O líder do PDT, deputado Sargento Amaury Soares, acredita que

as reuniões são a melhor oportunidade do Legislativo conhecer as demandas da população e, assim, exercer de uma melhor forma o mandato de deputado.

Fazendo balanço das onze reuniões do OR em que participou, o deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB) constatou queda na participação de público. "As

peças achavam que estando no Orçamento as obras aconteceriam. Infelizmente muito pouco tem acontecido. Defendo a proposta do deputado Jean, porque sabemos que muitas obras não vão acontecer. Proponho a apresentação de uma PEC no sentido que estabeleça um percentual e que este seja impositivo", ressaltou.

As escolhas das regionais

Rio do Sul

(Agrolândia, Agronômica, Braço do Trombudo, Laurentino, Rio do Oeste e Trombudo Central)

Audiência 2009

- Terraplanagem/pavimentação e supervisão trecho Rio do Oeste/Taió;
- Centro de oncologia para Hospital Regional de Rio do Sul e ampliação da UTI;
- Implantação e ampliação da rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário.

Audiência 2008

- Manter convênio de adequação da atenção na média e alta complexidade hospitalar;
- Implantação e ampliação da rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário;
- Construção de centro de eventos multiuso.

Ibirama

(Apiúna, Dona Emma, José Boiteux, Lontras, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Vitor Meirelles, Witmarsum)

Audiência 2009

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho Presidente Getúlio/Itoupava/Rio do Sul;
- Implantação de rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário;
- Acesso da BR-470 à BR-116.

Audiência 2008

- Centro Administrativo Regional;
- Acesso da BR-470 à BR-116;
- Apoio ao sistema viário urbano.

Ituporanga

(Alfredo Wagner, Atalanta, Aurora, Chapadão do Lageado, Imbuia, Leoberto Leal, Pedrolândia e Vidal Ramos)

Audiência 2009

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão trecho Vidal Ramos/ Botuverá/ Imbuia/ SC-302;
- Terraplanagem, pavimentação e supervisão trecho Atalanta/ Ituporanga;
- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho Petrolândia/ BR 282.

Audiência 2008

- Apoio ao sistema viário urbano;
- Investimento em terminais rodoviários e abrigos de passageiros;
- Centro Administrativo Regional.

Taió

(Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Salete e Santa Terezinha)

Audiência 2009

- Equipar o Hospital Regional de Rio do Sul para tratamento de oncologia e criar em Taió um pólo de tratamento de média e alta complexidade;
- Ligação asfáltica Taió/ Mirim Doce/ BR- 470;
- Ligação asfáltica Santa Terezinha/ SC - 477.

Audiência 2008

- Terraplanagem/pavimentação e supervisão do trecho Rio do Campo – Ribeirão Carneiro – BR-116;
- Implementação, ampliação de rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário.
- Apoio ao sistema viário rural

INSTITUCIONAL

Andrino é novo presidente do bloco brasileiro da UPM

Deputado elege como meta a construção do Novo Parlamento do Mercosul e ações concretas rumo à integração

O novo presidente do Bloco Brasileiro da União de Parlamentares Sul-Americanos e do Mercosul (UPM), deputado Edison Andrino (PMDB), afirmou que seu objetivo à frente da entidade é dar continuidade ao trabalho da gestão anterior, priorizando o Novo Parlamento do Mercosul.

De acordo com o parlamentar, eleito presidente durante a última reunião da UPM realizada dia 28, em Belém (PA), a entidade vai caminhar em busca de resultados concretos para questões como legislação de trânsito e aduanas. "Meu objetivo é trazer o Parlamento do Mercosul mais próximo das Assembleias Legislativas. Os deputados estaduais vivem o dia-a-dia das questões. Conhecem melhor os problemas de suas fronteiras. Vamos trabalhar em conjunto em busca da objetividade", disse.

Andrino ainda afirmou que, na última reunião, o então vice-

presidente da UPM e presidente do Bloco Brasileiro, deputado Elizeu Mattos (PMDB), anunciou as considerações finais do seminário "Integração Sul-Americana na Saúde, nas Questões Aduaneiras e na Legislação de Trânsito", realizado de 7 a 9 de maio em Florianópolis, Santa Catarina.

"O convênio com a Associação Nacional dos Transportadores de Cargas e Logística (NTC & Logística), que possibilita o atendimento médico-hospitalar pela Unimed aos motoristas de cargas que fazem a travessia entre Argentina e o Chile, na Cordilheira dos Andes, foi a questão mais comemorada", destacou.

Outra meta da União Parlamentar do Mercosul é buscar uma maior integração das comissões parlamentares do bloco com as universidades e com as entidades civis dos países-membros. "A integração é importante, principalmente

porque através dela poderemos chegar mais perto da população. As pessoas precisam conhecer melhor o que é o Parlamento e quais são suas prioridades", defendeu Andrino.

Atualmente, a UPM fomenta as relações entre os países por meio de convênios que facilitem as relações econômicas entre as nações integrantes. Para que as suas decisões tenham força de

lei, é necessário que seus parlamentares sejam eleitos pelo povo de cada país. No Brasil, são 18 parlamentares atuantes por indicação, sendo nove deputados e nove senadores.

Carlos Kilian



Deputado Edison Andrino vai suceder o hoje líder do governo, deputado Elizeu Mattos, na missão

Jorginho Mello recebe embaixadora da Noruega

Em sua primeira visita a Santa Catarina, a embaixadora da Noruega, Turid Bertelsen Rodrigues Eusébio, foi recebida pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB),

dia 2, no gabinete da Presidência. Na conversa com o chefe do Poder Legislativo, ela anunciou que seu país irá contribuir para o Fundo de Preservação da Amazônia.

Segundo a embaixadora, os va-

Alberto Neves



Jorginho Mello e Turid Bertelsen conversaram sobre auxílio à Amazônia

lores devem ficar em torno de um bilhão de dólares ao total, caso se perceba resultado na preservação da floresta e diminuição do desmatamento. O primeiro repasse a ser feito será de 100 mil dólares.

Para o presidente, essas ações são muito bem-vindas, pois a Amazônia tornou-se uma preocupação de todos e não somente dos brasileiros. "Cada vez é maior o empenho em proteger esse nosso bem, porque há um interesse mundial neste sentido", comentou.

Na área econômica, a embaixadora disse que, atualmente, existem no Brasil cerca de 100 empresas norueguesas, com destaque para o setor petrolífero, com a venda de tecnologia para a Petrobras. "Esse é o campo de negociação que vai aumentar muito as relações comerciais entre os dois países, ainda mais agora, com a descoberta da camada pré-sal de reservas de petróleo." Mesmo com a diversificação, o produto norueguês mais importado pelo Brasil é o bacalhau, e o produto brasileiro mais exportado para a Noruega continua sendo o café.

Parlamento presta homenagem à RBS

Por proposta do deputado Jean Kuhlmann (DEM), a Assembleia Legislativa realiza nesta terça-feira, dia 9, às 19h30min, uma sessão especial em homenagem aos 30 anos de atuação do Grupo RBS em Santa Catarina. O evento será realizado no Plenário Deputado Osni Régis, no Palácio Barriga Verde, em Florianópolis.

Escolhido pelo pai, Maurício Sirotsky Sobrinho, o atual presidente do Grupo RBS, Nelson Sirotsky, foi o profissional que implantou as operações em Santa Catarina, em 1979. Entre os profissionais contratados, a maioria era de catarinenses. Para seu crescimento, o Grupo RBS fixou-se na formação de uma rede regional de televisão, a partir de emissoras de TV locais. Ainda em 1979, a TV Joinville integrou-se ao Grupo RBS. Nos anos seguintes, uniram-se a TV Coligadas de Blumenau, a TV Chapecó, a TV Criciúma e, mais recentemente, em 2005, a TV Centro-Oeste, com operações em Joaçaba e Lages.

Sete anos depois da primeira experiência em comunicação em Santa Catarina, a empresa

apostou no lançamento de um novo veículo. Em 5 de maio de 1986, chegava às bancas um jornal como os catarinenses nunca haviam visto. Além do formato tablóide, o Diário Catarinense era o primeiro jornal informatizado da América Latina. E ainda tinha fotos coloridas, recurso até então inédito no estado.

O DC foi o último projeto idealizado pelo fundador do Grupo RBS, Maurício Sirotsky Sobrinho, que morreu em 24 de março daquele ano. Seu irmão, Jayme Sirotsky, que atuava como executivo no grupo, assumiu a presidência da empresa.

Guiado pela tarefa de integrar as pessoas e suas comunidades ao mundo, o Grupo RBS incorporou os tradicionais Jornal de Santa Catarina, de Blumenau, e A Notícia, de Joinville. Mais tarde lançou o jornal Hora de Santa Catarina, destinado à maior parcela da população, com preço e enfoque editorial especiais. A expansão do Grupo RBS na área de comunicação abrangeu todas as mídias, entre elas, o rádio e a internet.

INSTITUCIONAL

Projeto de Resolução fortalece os legislativos estaduais

Deputados se mobilizam para legislar sobre temas que hoje são competência exclusiva do governo do Estado e da União



Eduardo Guedes de Oliveira

Rodrigo Viegas

Para fortalecer a missão institucional dos parlamentos estaduais, as Assembleias Legislativas se preparam para a aprovação do Projeto de Resolução que versa sobre alterações na Constituição Federal. A iniciativa visa pressionar e sensibilizar o Congresso Nacional e o Poder Executivo a se engajarem à ideia de permitir que os deputados estaduais legislem sobre temas que hoje são competência exclusiva do Executivo.

A proposta, que para ser colocada em pauta no Congresso precisa da aprovação de pelo menos 14 legislativos estaduais, tem por mentoras duas entidades, o Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas e a União Nacional das Assembleia Legislativas (Unale).

O fortalecimento das prerrogativas dos parlamentos estaduais será um dos principais temas do 7º Encontro do Colegiado

dos Presidentes das Assembleias Legislativas, que acontece em Santa Catarina, no mês de agosto. Se os Legislativos aglutinarem as adesões pretendidas terão conquistado um feito inédito - encaminhar pela primeira vez, desde a Constituição de 1988, uma proposta em conjunto ao Congresso.

O texto da PEC está pronto e circulando pelos Legislativos estaduais. A proposta é alterar sete artigos da Constituição - 22, 24, 26, 61, 132, 198 e 220 - e ainda o artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A fase agora é de aprovação do anteprojeto por cada um dos Parlamentos. Para encaminhar a PEC ao Congresso, é preciso que mais da metade das Assembleias manifeste-se favoravelmente ao texto. Até agora, quatro - Minas Gerais, Roraima, Paraíba e Espírito Santo - aprovaram a proposta. Em Santa Catarina e Rondônia, o texto está em tramitação.

Para ser colocada em votação no Congresso, proposta precisa do apoio de 14 legislativos estaduais

Proposta tramita na CCJ

Em Santa Catarina, o Projeto de Resolução deu entrada em julho de 2008 e tramita na Comissão de Constituição e Justiça. O presidente do Parlamento, deputado Jorginho Mello (PSDB), defende a proposta. Ele avalia que a Constituição Federal de 1988 restringe a atuação parlamentar.

Um ponto nevrálgico apontado pelo presidente é o impedimento de criar ou aumentar despesa ou receita. "Qualquer aprovação que gere despesa pode ser vetada pelo Executivo por vício de origem."

A proposta que tramita na Assembleia de Santa Catarina defende a interrupção da concentração de poderes no plano federal para que os estados membros da Federação não fiquem apenas com os poderes que remanescem depois da repartição deles entre a União e os Municípios. "Ficam as populações dos estados, inevitavelmente, condicionadas ou à legislação federal ou à legislação municipal, em claro movimento político que se contrapõe ao princípio federativo, inscrito na Constituição Federal em seu artigo 1º", especifica o projeto.

Apoiada por mais de metade dos presidentes das Assembleias da Federação, a PEC re-

sulta de iniciativa do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas. "Queremos que os legislativos possam participar de forma mais incisiva dos destinos dos estados", observa o presidente.

O projeto também prevê que os Legislativos estaduais possam ter Procuradoria e Consultoria Jurídica próprias, medida com sustentação jurídica em vista da autonomia administrativa, financeira, orçamentária e funcional assegurada ao Legislativo. No contexto de sistemas jurídicos democráticos não deve haver assimetria entre os poderes. A existência de órgão jurídico próprio fortalece a autonomia do Poder Legislativo. Outra mudança é em relação ao percentual de recursos que a União aplicará em ações e serviços de saúde, hoje estabelecido em 12%. Pela proposta, "as Leis Complementares dos Estados e do Distrito Federal, que serão avaliadas pelo menos a cada cinco anos, definirão os percentuais que Estados, Municípios e Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, com fundamento em critérios relativos ao índice de desenvolvimento humano regional e local e ao conjunto das demandas sociais".

Gilmar Mendes assina convênio no TJ



Alberto Neves

Gilmar Mendes, entre Jorginho Mello e presidente do TJ, na solenidade que formaliza Casa da Cidadania

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, assinou, em Florianópolis, dia 8, o Termo de Cooperação Técnica para adesão ao programa Casa da Justiça e Cidadania.

O convênio foi firmado no Pleno do Tribunal de Justiça (TJSC) pelo presidente do Tribunal, desembargador João Eduardo Souza Varella; presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, desembargadora federal Sílvia Maria Gonçalves Goraieb; presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, juíza Marta Maria Villalba Falcão Fabre; o presidente do Tribunal Regio-

nal Eleitoral de Santa Catarina, desembargador Cláudio Barreto Dutra, e por Gilmar Mendes.

Aprovado em dezembro de 2008, o projeto chega à região Sul com a previsão de implantar centros de voluntariado onde a população desenvolverá ações destinadas à solução de conflitos e também poderá, desta forma, aproximar-se do Poder Judiciário e da cultura jurídica brasileira.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), prestigiou o evento e destacou o trabalho do CNJ. "O Conselho Nacional de Justiça é um órgão que tomou corpo no país, vem aqui demonstrar a valorização do Poder Judiciário

em nosso estado e a qualidade nossos magistrados. A valorização do trabalho voluntariado é o caminho, tem que fazer parte do nosso dia a dia. Não só esperar a letra fria da lei, mas o que possamos fazer de forma espontânea para que a Justiça aconteça cada vez mais cedo na vida dos brasileiros", disse. Santa Catarina é o estado pioneiro e inspirador na implantação das Casas de Cidadania. Gilmar Mendes frisou este pioneirismo e acrescentou que o CNJ busca promover uma série de atividades que vão além do julgamento de processos. "Prendemos dar acesso à Justiça a todos que dela necessitam", declarou.

Sustentar reafirma luta pelo Planeta

Fórum culmina com Carta de Florianópolis, documento destinado aos órgãos responsáveis pelo meio ambiente

Depois de três dias de debates que trataram da sustentabilidade, reunindo mais de 600 participantes e especialistas do Brasil, Alemanha e Portugal no auditório Antonieta de Barros, o Sustentar 2009 encerrou dia 29 de maio com o painel "Política Ambiental e Energética Catarinense". O deputado Pedro Uczai (PT), idealizador do evento, foi o mediador do debate, reunindo as ideias e os temas debatidos durante o encontro na Carta de Florianópolis. O documento está sendo entregue aos órgãos responsáveis pelo meio ambiente. "Nosso objetivo maior é mudar a matriz energética, baseada na energia hidrelétrica, para uma que utilize energias renováveis", observou.

As palestras foram apresentadas pelo presidente do Instituto Ideal, Mauro Passos, pelo professor do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFSC, Paulo Belli Filho, e pela representante da Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí e secretária do Comitê de Bacias Hídricas de Itajaí, professora Beate Frank.

Os especialistas fizeram um histórico da política ambiental e energética de Santa Catarina. Segundo a professora Beate Frank, no estado existe apenas um órgão responsável pelos recursos hídricos catarinenses, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). "Não temos um órgão gestor e nem uma agência de bacia. O CERH é frágil

e pouco atuante. É uma pena, mas Santa Catarina está engatinhando em termos de desenvolvimento sustentável", ressaltou. "Como reafirmar nossa preocupação com a sustentabilidade da vida, se a vida que nos mantém não é a fonte que nos preocupa? Os defensores da energia hidrelétrica não defendem os recursos hídricos", lamentou.

O professor Paulo Belli Filho, por sua vez, abordou a importância do aproveitamento do gás metano (CH₄), principal elemento do biogás. Fonte de energia renovável, esse biogás também pode ser produzido através do processo anaeróbio.

"Em Santa Catarina produzimos um total de 2.918.107 m³CH₄/dia. Isso demonstra um potencial significativo para o aproveitamento energético. Precisamos tratar o gás e valorizar esse potencial com tecnologias sociais", concluiu.

Mauro Passos criticou o Código Ambiental de Santa Catarina. "Qualquer regra menos restritiva para o meio ambiente é desastrosa para a humanidade. Estamos perdendo a luta pelo bem do meio ambiente catarinense", explicou. Passos acrescentou que a legislação referente ao tema no estado deveria incluir energias renováveis. "Temos a UFSC que é um exemplo de excelência na área de energia solar. Uma parceria com a Eletrosul resultou na primeira mini-usina solar. Tem que haver uma legislação que beneficie isso: miniusinas por todo o estado", explicou.



Pedro Uczai com presidente do Instituto Ideal, Mauro Passos (ao centro), Beate Frank, e Paulo Belli Filho

Especialista defende uso racional de alimentos em biocombustíveis

O uso de alimentos para a produção de biocombustíveis e as alternativas energéticas em biomassa foram destaque no Sustentar. O representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação no Brasil (ONU-FAO), José Tubino, tratou, dia 29, do consumo de alimento e energia no mundo.

Ele se reportou a pesquisas da ONU que apontam que a atual crise econômica afeta a segurança alimentar. "A alta do preço dos alimentos resultou no aumento da fome mundial desde 2007. O mundo deveria ficar atento

às novas ameaças à segurança alimentar e aos desafios da agricultura de longo prazo, e não só à crise", disse.

Tubino afirmou que, segundo a ONU, em 2007, 923 milhões passavam fome do mundo. Diante da situação, ele defendeu o uso racional de alimentos para biocombustíveis. "Cinquenta por cento da cana-de-açúcar no Brasil são utilizadas para etanol. Sou a favor dos biocombustíveis, mas não podemos esquecer o fator humano. É preciso adotar uma abordagem recíproca com redes de segurança e investimentos na

agricultura."

Entre alternativas energéticas em biomassa, o especialista Nelso Pasqual apresentou, na segunda etapa do painel, a experiência da Granja São Roque, de Videira. A granja, que começou com 19 mil suínos, em 2003, e agora tem um plantel de 47 mil suínos, produz energia com biodigestores para abastecer o local. "A sociedade cobra dos produtores mais ações", falou. A propriedade foi reestruturada de forma sustentável para gerar energia elétrica e produzir adubo orgânico.

Experiência para produção de energia elétrica menos agressiva

A criação de mecanismos para atender as necessidades energéticas com menor impacto ao meio ambiente foi o foco, dia 28, de uma das conferências do Sustentar. Entre as alternativas apresentadas para a produção de energia elétrica menos agressiva, estão as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

Também foram apresentadas experiências trazidas da Alemanha. Entre elas, o parafuso de Arquimedes, um dispositivo da construção técnica para gerar energia elétrica oxigenando a água e permitindo que o rio consiga manter o seu processo natural, preservando os peixes.

Outra experiência é a escada de meandros. Com a construção de uma barragem, o ciclo reprodutivo de diversas espécies de peixes fica prejudicado, já que eles nadam

rio acima para fazer a desova. Para minimizar o problema, são construídas escadas sequenciais de tanques formando uma corrente artificial capaz de estimular a subida dos cardumes.

Uma experiência de cooperativa na eletrificação rural foi apresentada como sugestão de melhoria na distribuição e com menor custo. Sérgio Miotto faz parte da Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai (Creal), que opera em Erechim (RS) com duas mini-usinas elétricas locais com capacidade para produzir 5,5 GWh/por ano, o que equivale a 25% da demanda total.

Os cerca de 6,3 mil associados são abastecidos com a produção e o restante da energia é comprada de outras PCHs. "A energia é de melhor qualidade, aumentou a carga dispo-

nível e a sobra de recursos na cooperativa pode ser investida na troca de postes, de transformadores, cabos e na agilidade nos chamados, além de novos projetos."

Miotto disse que a implantação das mini-centrais custou aproximadamente R\$ 3,6 milhões. "Fomos financiados por bancos públicos e privados e estão sendo quitados com a venda da energia e créditos de carbono." Segundo ele, as mini-centrais reduziram CO₂, acarretando lucro de 17 mil euros em 2008 só em créditos de carbono. "Recebemos o prêmio Ashden 2008, na Inglaterra, principal prêmio mundial para a energia verde", comentou.

A cooperativa também desenvolve a micro-destilaria de álcool, que serve para o auto-consumo da cooperativa e ainda abastece os veículos das 17 famílias do projeto.



Público acompanha apresentação de painel no Antonieta de Barros

INSTITUCIONAL

Copa do Mundo de 2014 no Brasil vai disseminar consciência ecológica

Governo federal deve aproveitar evento esportivo para mostrar iniciativas brasileiras em defesa do Planeta



Carlos Kilian

Senadora Ideli diz que campeonato de futebol deve ser aproveitado como espaço para divulgar a energia solar

O padrão de consumo da sociedade atual, os impactos ambientais do consumo, iniciativas governamentais e os papéis do governo, empresas e consumidor foram destaque, dia 29, em conferência do Sustentar 2009. Foram apresentadas novas formas de reaproveitar matérias e recursos naturais no nosso dia-a-dia.

A senadora Ideli Salvatti (PT) prestigiou o evento e falou sobre as intenções do governo federal para a Copa do Mundo de 2014. Conforme ela, a Copa será o instrumento de divulgação do governo para disseminar a utilização de energias renováveis em grandes eventos. "Este é o evento esportivo de maior cobertura midiática do mundo e queremos aproveitar para mostrar uma Copa de energias renováveis, como a energia solar. Lanço um desafio: que vocês apresentem projetos desta área para a Copa de 2014", propôs.

Desenvolver ações para solucionar os problemas urbanos antes que tomem grandes proporções é a meta do programa "Fomento ao Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis", da Caixa Econômica Federal (CEF).

A partir do mês de junho, a CEF lança o "Selo para construções sustentáveis da Caixa", que será aplicado em casa para pessoas com baixa renda que utilizarem materiais que não tragam prejuízo ao meio ambiente.

O programa "Minha Casa, Minha Vida" é um dos financiamentos do banco que adota este conceito, que incentiva a sustentabilidade na construção e a eficiência energética, conforme explicou o representante do órgão, Carlos Etor Averbek.

Ele relatou que os projetos das casas contam com o reaproveitamento da água para a geração de energia e com aquecimento solar.

"Trabalhamos firme na educação ambiental, disponibilizamos, obrigatoriamente, medidores individuais de água e gás, para que as pessoas paguem somente o que consumirem, e com o rastreamento da madeira pelo Ibama, para cortar na ponta, o consumo de madeira retirada ilegalmente da Amazônia", relatou.

Restauros

O presidente da ONG Iniciativa verde, Francisco Maciel, explicou o programa "Carbon Free", que trabalha com redução, reutilização, reciclagem e compensação de emissões. "A única forma de sequestro do carbono da atmosfera é com a implantação e monitoramento dos restauros. Não adianta fazer um reflorestamento a cada 10 anos. A natureza precisa que os restauros fiquem cerca de 40 anos para cumprir esta finalidade."

A energia que vem do lixo

A produção de energia através do lixo foi o objeto da palestra do representante da empresa holandesa Vital Planet, Rafael Geracts. A empresa atua em mais de 20 países europeus na gestão e transformação de resíduos urbanos.

Na Holanda, mais de 3 milhões de residências utilizam energia vinda do lixo. Isto significa que, de cada três usuários, um utiliza energia advinda do lixo. "Este tipo de energia reduz o efeito adverso sobre a higiene, contaminação do solo e da água, o desperdício de materiais, a emissão dos gases do efeito estufa com, no mínimo, 74 milhões de toneladas equivalentes de CO₂".

Se este modelo fosse adotado no Brasil, em cidades com 1 milhão de habitantes, que produzem cerca 1 mil toneladas de lixo por dia, geraria 30 MW de energia, com um custo de R\$ 375 milhões para a sua instalação, os mesmos índices de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), com menos impacto ambiental e traria divisas de R\$ 10 milhões em créditos de carbono.

O representante do Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (Ipec), André Soares, relatou como as 25 pessoas que moram no Ecocentro, localizado em Pirinópolis (GO), vivem. A forma da produção das casas, a interação com o meio ambiente

e a mudança nos paradigmas de consumo diferencia a comunidade do resto da sociedade.

Soares contou que o lixo produzido na fazenda é totalmente reciclado, as casas são produzidas com material retirado da própria fazenda, a água utilizada é captada das chuvas e aquecida com aquecedores solares e um biodigestor a gás. Entre os projetos desenvolvidos pelo grupo está o programa "Habitats", que vai até as escolas e propõe transformações junto aos alunos. "A maioria dos habitats é feita em dois ou três dias e aproximam a escola da natureza", explicou.

Em Itapema, litoral Norte catarinense, alguns alunos junto com a professora de ciências, Patrícia, decidiram diminuir o consumo de papel após observarem o desperdício que estava ocorrendo. O projeto consiste na coleta de todos os papéis jogados nos lixos de manhã, durante toda a semana. O resultado foi a retirada de cinco sacos de lixo repletos de papel, sendo que 50% deles tinham condições de serem reutilizados. "O resultado foi tão impactante que os alunos decidiram criar o "Programa Escola 100% Ambiente", que consiste na utilização responsável de água, resíduos, energia e na implantação de uma horta, além da reciclagem do papel", contou orgulhosa.

Uczai lança sexto livro

O deputado Pedro Uczai (PT) lançou, dia 28, o seu sexto livro – "Inevitável Mundo Novo – A relação entre energias renováveis, produção de alimentos e o futuro do planeta", no Espaço Cultural Jerônimo Coelho, da Assembleia Legislativa.

O deputado Reno Caramori (PP), presente ao lançamento, cumprimentou o colega pela iniciativa e também ao presidente da Cooperativa Aurora, Mário Lanznaster, por ter patrocinado a impressão da obra. "Não só o livro Inevitável Mundo Novo, como também o Sustentar, mostram que o nosso Brasil é viável e que pode contribuir

muito para a qualidade da vida no planeta."

Uczai explicou que o livro foi a forma encontrada para "socializar a extraordinária experiência, dos diferentes olhares". Ele conclamou os presentes a mudarem seus hábitos, afirmando que a ausência de bons hábitos alimentares e de atividades físicas reflete o padrão de consumo da sociedade moderna.

"Leiam este livro. Porque ler e escrever são atos de liberdade, exercícios que nos mantêm de pé. E reajam à destruição do Planeta, começando por vocês mesmos, por seus próprios hábitos", conclamou.

Especialista defende investimento em energia eólica

A importância do uso de energias renováveis no Planeta, e em especial no Brasil, foi destacada, dia 28, pelo diretor-executivo da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Pedro Perrelli. A diversidade de fontes renováveis de produção de energia, entre elas a eólica, é considerado um tema fundamental para a sustentabilidade de todos os países.

Perrelli ressaltou que o Brasil precisa de uma política

clara para a geração eólica, que viabilize negócios para a fonte energética, a fim de consolidar a participação no mercado de energia nacional.

Segundo ele, o Brasil segue o caminho de outros países para atrair investimentos e desenvolver a fonte eólica, como China, Índia e países europeus. "A China aparece em quarto lugar no ranking dos dez países com maior capacidade eólica instalada. O país asiático possui

12.210 MW, atrás apenas dos Estados Unidos, com 25.170 MW, da Alemanha, que dispõe de 23.903 MW, e da Espanha, com 16.754 MW", frisou.

Perrelli acrescentou que uma política sustentável de uso da geração pelos ventos pode dar escala à indústria do segmento como um todo, que inclui fabricantes de equipamentos, projetistas, geradores e expansão do número de consumidores.

COMUNIDADE

Assembleia na campanha contra o crack

Mobilização idealizada pela RBS ganha apoio do Parlamento, que defende prevenção como arma contra avanço da droga

Scheila Dzedzic

A Assembleia Legislativa também irá participar da campanha institucional do grupo RBS: Crack, Nem Pensar, lançada dia 1º de junho. De acordo com o presidente do Parlamento, deputado Jorginho Mello (PSDB), este é um tema que merece total atenção. Ele defende que o foco deve estar, principalmente, na mobilização pela prevenção como forma de dar um basta ao rápido avanço do crack. O assunto deverá ser incorporado na Agenda Positiva da Assembleia Legislativa. As ações de prevenção e esclarecimento vão ser transmitidas também pelos veículos de comunicação da Casa.

“Craque nós queremos apenas nos times de Santa Catarina. Crack, não! Esta é uma das drogas mais letais e que, por seu preço baixo, se dissemina de maneira alarmante, tornando as pessoas dependentes em pouco tempo”, comentou Jorginho Mello.

O parlamentar entende que o tratamento é uma etapa mais difícil de ser empreendida por causa do pouco apoio financeiro. “Temos que trabalhar mais fortemente na prevenção, mas não adianta apenas dizer ao jovem que largue do vício. Temos que oferecer oportunidades, pois em

muitas localidades carentes a venda da droga é a fonte de renda de muitas famílias. Em muitas favelas, o gás que faz a comida é produto econômico da droga”, observa. Jorginho acredita que, entre tantos problemas sociais, a droga pode ser definida como um dos mais graves, pois dilacera a unidade familiar.

“Precisamos ter, efetivamente, educação e oportunidade, pois o caminho da droga é, muitas vezes, uma questão de sobrevivência. E neste contexto a RBS está de parabéns pela iniciativa da campanha”, comentou o presidente.

Rede de apoio*

Florianópolis

Lar Recanto da Esperança - Unidade urbana
<http://www.larrecantodaesperanca.org.br/>
 Fones: (48) 3369-2271 / (48) 3269-2713

Blumenau

Conselho Municipal de Entorpecentes (Comen)
 Telefone: 3326-6870 / 3337-4200

Rancho Queimado

Lar Recanto da Esperança - Nova Unidade Rural
<http://www.larrecantodaesperanca.org.br/>
 Fone: (48) 9995-3037

*Para encontrar mais endereços no site www.cracknempensar.com.br

www.cracknempensar.com.br

Saiba mais

• O que é o crack?

A pedra de crack é produzida com a mistura de cocaína e bicarbonato de sódio ou amônia. Sua forma sólida permite que seja fumada.

• Como é o uso?

O usuário queima a pedra de crack em cachimbo e aspira a fumaça. O crack também é misturado a cigarros de maconha, chamados de piticos.

• O efeito

O crack chega ao cérebro em oito a 12 segundos e provoca intensa euforia e autoconfiança. Essa sensação persiste por cinco a 10 minutos. Para comparar: ao ser cheirada, a cocaína em pó leva de 10 a 15 minutos para começar a fazer efeito.

• A dependência

A fumaça do crack atinge rapidamente o pulmão, entra na corrente sanguínea e chega ao cérebro. É a forma de uso, não a composição, que torna a pedra mais potente.

Consequências para a saúde

• Intoxicação pelo metal

O usuário aquece a lata de refrigerante para inalar o crack. Além do vapor da droga, ele aspira o alumínio que se desprende com facilidade da lata aquecida. O metal se espalha pela corrente sanguínea e provoca danos ao cérebro, aos pulmões, rins e ossos.

• Fome e sono

O organismo passa a funcionar em função da droga. O dependente quase não come ou dorme. Ocorre um processo rápido de emagrecimento. Os casos de desnutrição são comuns. A dependência também se reflete em ausência de hábitos básicos de higiene e cuidados com a aparência.

• Pulmões

A fumaça do crack gera lesão nos pulmões, levando a disfunções. Como já há um processo de emagrecimento, os dependentes ficam vulneráveis a doenças como pneumonia e tuberculose. Também há evidências de que o crack causa problemas respiratórios agudos, incluindo tosse, falta de ar e dores fortes no peito.

• Coração

A liberação de dopamina faz o usuário de crack ficar mais agitado, o que leva a aumento da presença de adrenalina no organismo. A consequência é o aumento da frequência cardíaca e da pressão arterial. Problemas cardiovasculares, como infarto, podem ocorrer.

• Ossos e músculos

O uso crônico da droga pode levar a degeneração irreversível dos músculos esqueléticos, chamada rabdomiólise.

• Sexo

O desejo sexual diminui. Os homens têm dificuldade para conseguir ereção. Há pesquisas que associam o uso do crack à maior suscetibilidade a doenças sexualmente transmissíveis, em razão do comportamento promíscuo que os usuários adotam.

• Prejuízo cognitivo

Pode ser grave e rápido. Há casos de pacientes com seis meses de dependência que apresentavam QI equivalente a 100, dentro da média. Num teste refeito um ano depois, o QI havia baixado para 80.

• Doenças psiquiátricas

Em razão da ação no cérebro, quadros psiquiátricos mais graves também podem ocorrer, com psicoses, paranoia, alucinações e delírios.

• Sistema neurológico

Oscilações de humor: o crack provoca lesões no cérebro, causando perda de função de neurônios. Isso resulta em deficiências de memória e de concentração, oscilações de humor, baixo limite para frustração e dificuldade de ter relacionamentos afetivos. O tratamento permite reverter parte dos danos, mas às vezes o quadro é irreversível.

• Morte

Pacientes podem morrer de doenças cardiovasculares (derrame e infarto) e relacionadas ao enfraquecimento do organismo (tuberculose). A causa mais comum de óbito é a exposição à violência e a situações de perigo, por causa do envolvimento com traficantes, por exemplo.

Fonte: Site da campanha - <http://zero-hora.clicrbs.com.br/especial/sc/crack-nempensar>